

A representação social de ONGs segundo formadores de opinião do município do Rio de Janeiro*

Sylvia Constant Vergara**

Victor Cláudio Paradela Ferreira***

SUMÁRIO: 1. Introdução; 2. Teoria das representações sociais; 3. Seleção de sujeitos; 4. Levantamento dos dados; 5. Tratamento dos dados e resultados obtidos; 6. Conclusão.

SUMMARY: 1. Introduction; 2. Social representation theory; 3. Subject selection; 4. Data collection; 5. Data treatment and results; 6. Conclusion.

PALAVRAS-CHAVE: representações sociais; formadores de opinião; evocação livre de palavras; legitimidade.

KEY WORDS: social representations; opinion formers; free evocation of words; legitimacy.

O conceito de organizações não-governamentais (ONGs) é polissêmico, não havendo ainda um marco teórico consolidado sobre o que pode ou não ser considerado uma ONG. Mais do que uma simples questão semântica, porém, o que o fato revela é a dificuldade que se tem encontrado em entender as diversas faces dessas organizações. O próprio conceito de terceiro setor, no qual são classificadas, é problemático. A dificuldade não tem representado, no entanto, um impeditivo ao seu crescimento; ao contrário, elas se expandiram de forma muito acentuada nas últi-

* Artigo recebido em out. 2004 e aceito em maio 2005.

** Doutora em educação pela UFRJ. Professora titular da Ebape/FGV. Endereço: Ebape/FGV — Praia de Botafogo, 190, sala 533 — Botafogo — CEP 22250-900, Rio de Janeiro, RJ, Brasil. E-mail: vergara@fgv.br.

*** Professor da Faculdade Estácio de Sá em Juiz de Fora e professor convidado do Programa FGV Management. Doutor em administração. Endereço: Av. Barão do Rio Branco, 5350, ap. 501, bl. A — Alto dos Passos — CEP 36026-500, Juiz de Fora, MG, Brasil. E-mail: victorclaudio@uol.com.br.

mas décadas. Para compreender o fenômeno, este artigo apoiou-se na teoria das representações sociais e procurou identificar qual a representação social de ONGs feita pelos formadores de opinião do município do Rio de Janeiro. Elegeu a técnica de evocação de palavras para a coleta de dados. À tal evocação seguiu-se a apresentação de afirmações, com as quais os respondentes deveriam concordar ou não. A pesquisa revela que a representação social de ONG comporta, significativamente, várias idéias de conotação positiva, demonstrando que a sociedade tem legitimado esse tipo de organização, dando respaldo, portanto, à sua expansão.

Social representation of NGOs according to opinion formers
in Rio de Janeiro

The concept of non-governmental organization (NGO) is polysemic, not having yet been established a theoretical landmark of what should be considered an NGO. More than a mere semantic issue, this fact reveals the difficulty in understanding the different faces of those organizations. Even the concept of third sector, under which they are classified, is problematic. Nevertheless, this difficulty has not hindered their growth; on the contrary, NGOs have widely expanded during the last decades. In order to understand this phenomenon, this article used the social representation theory and tried to identify the social representation of NGOs according to opinion formers in the city of Rio de Janeiro, Brazil. The evocation of words technique was chosen for data collection, after which the respondents should agree or disagree with the statements presented. The research reveals that the social representation of NGOs encompasses several ideas with a positive connotation, showing that society has legitimized this kind of organization, thus supporting its expansion.

1. Introdução

Não existe um conceito único sobre a natureza das organizações não-governamentais (ONGs), considerando-se que nos seus atributos destacam-se a pluralidade e a heterogeneidade. Existem, por exemplo, significativas diferenças entre as ONGs dos países desenvolvidos e aquelas situadas no Terceiro Mundo. As definições também variam bastante de um país para o outro, dentro de um mesmo conjunto. Em alguns, a lista de ONGs acaba por abranger tudo o que se articula no âmbito da sociedade civil, incluindo até mesmo movimentos de oposição política clandestinos. Já em outros, como a Itália, esse termo refere-se apenas às associações privadas que se ocupam de maneira específica das relações norte-sul e da ajuda para o desenvolvimento. A própria denominação “não-governamental” revela a dificuldade de delimitação enfrentada, uma vez que apenas nega a condição de pertinente ao Estado sem, no entanto, definir sua natureza fundamental. Essa expressão também pode ser criticada por sugerir que o governo é o centro da sociedade e a população sua periferia. O termo “não-governamental” seria, assim, politicamente inadequado para associa-

ções que emanam da população ou tomam seu partido (Coelho, 2002; Fisher, 1998; Nerfin, 1992; Onorati, 1992).

O conceito de “terceiro setor”, no qual são classificadas as ONGs, também apresenta-se problemático. Em tese, estão incluídas nesse setor as organizações que, embora privadas, perseguem fins públicos, ficando no primeiro setor as entidades públicas e no segundo as empresas privadas. Essas organizações procuram não submeter-se nem à lógica do mercado nem à do governo. Nota-se, todavia, que os três setores (ONGs, empresas e entidades governamentais) interpenetram-se e condicionam-se de tal maneira que a definição exata dos limites é motivo de controvérsias e variações no tempo e no espaço (Cardoso, 1997; Fernandes, 1994; Landim, 1994; Mendes, 1999).

Diversos dirigentes de ONGs e estudiosos advogam a existência de uma significativa distinção entre essas organizações e as entidades filantrópicas. Filantropia vem do grego e significa “amor à humanidade”, estando, assim, ligada a uma ação altruísta e desprendida. As ONGs teriam como proposta a promoção não da filantropia, mas do desenvolvimento social, uma ação tradicionalmente atribuída ao primeiro setor. Procuram, no entanto, desempenhar essa missão observando critérios de retorno do investimento, de avaliação de custo e benefício e de racionalidade operacional, adquirindo, assim, similaridades com o segundo setor na sua forma de atuação. A adoção de uma gestão profissional tem sido uma exigência comumente apresentada pelos financiadores das ONGs (Ioschpe, 1997; Meregé, 1997; Pereira, 2003).

As ONGs têm desempenhado atividades de interesse público com um nível de eficácia muitas vezes não encontrado nas entidades estatais. Com isso, diversas empresas que desejam investir parte de seus lucros na criação de uma imagem de socialmente responsáveis têm estabelecido parcerias com ONGs para a implementação de projetos de interesse da comunidade. Agências internacionais como o Banco Mundial, por exemplo, consideram as ONGs parceiras confiáveis para a execução de projetos de desenvolvimento social e chegam a exigir a participação dessas organizações quando aprovam projetos enviados pelos países captadores de recursos. Os próprios governos têm buscado suporte operacional em ONGs, repassando-lhes parte de seus trabalhos (Bresser-Pereira, 1996; Brodhead, 1992; Garrison, 2000; Grzybowski, 1995; Rosemberg, 1996; Souza, 1992).

O crescente número de ONGs envolvidas em parcerias com os setores público e privado não representa, todavia, uma definição clara e pacífica do papel que compete a essas organizações ou dos padrões de relacionamento com a sociedade que delas se espera. Ao tempo em que diversos estudiosos e gestores de instituições públicas e privadas defendem o papel de cooperadoras com o desenvolvimento social ou mesmo de entidades auxiliares do governo, outros manifestam grande preocupação com o crescimento das ONGs (Gonçalves, 1996; Fernandez, 2000; Menescal, 1996; Villalobos e Zaldivar, 2001; Wolfe, 1992).

Dada a pouca clareza quanto ao que seja uma ONG, uma melhor compreensão dos fatores que favoreceram o crescimento dessas organizações no Brasil nas duas últimas décadas pode ser considerada relevante. A compreensão desse crescimento faz-se necessária não só para delimitar esferas e competências, como também para a adoção de uma legislação que discipline a atuação das ONGs. A legislação brasileira só prevê dois tipos de organizações privadas não-lucrativas: as fundações e as associações. É certo, porém, que existem substanciais diferenças entre as ONGs e os clubes, igrejas, sindicatos, cooperativas e demais tipos de organizações sem fins lucrativos (Montaño, 2002). A ausência de parâmetros legais aplicáveis representa uma lacuna que pode favorecer a ocorrência de distorções e desvios de finalidade como as que foram apuradas em 2003 na Comissão Parlamentar de Inquérito instaurada pela Assembléia Legislativa do Rio de Janeiro para investigar as relações entre o governo do estado e as ONGs fluminenses.

Para um melhor entendimento sobre o conceito de ONGs, a pesquisa cujos resultados apresentamos formulou a seguinte questão: qual a representação social de ONGs de formadores de opinião no município do Rio de Janeiro? Julgou-se importante a identificação da representação social de tais formadores, porque suas representações exercem influência na maneira pela qual as pessoas e os grupos sociais se relacionam com as ONGs. O crescimento expressivo que tem sido observado no número dessas organizações e no escopo de sua atuação provavelmente não seria possível sem que houvesse um respaldo da sociedade, fundamentado em expectativas mantidas a respeito do papel que esse tipo de organização pode desempenhar. Assim, o estudo da representação que a sociedade possui sobre as ONGs, revelada por formadores de opinião, pode favorecer o entendimento de como elas têm conseguido legitimação para desenvolverem seus trabalhos, bem como pode facilitar a compreensão do seu conceito.

O artigo possui cinco seções, além desta introdução. Na segunda seção explicita-se o que é a teoria das representações sociais. Na terceira, apresentam-se os critérios para a seleção dos sujeitos da pesquisa. Na quarta, explica-se a forma como os dados foram coletados. Na quinta, expõe-se como os dados foram tratados e quais os resultados obtidos. A última seção traz as conclusões a que o estudo permitiu chegar.

2. Teoria das representações sociais

A teoria das representações sociais foi formulada por Serge Moscovici no final dos anos 1950, sendo difundida a partir da sua publicação (Moscovici, 1961), que marcou o estabelecimento de uma percepção inovadora a respeito da integração entre os fenômenos perceptivos individuais e sociais. Inicialmente empregada em estu-

dos psicossociais, essa abordagem tem sido utilizada em diversos outros ramos do saber.

As teorias existentes até a publicação do trabalho seminal de Moscovici estabeleciam uma distinção entre dois níveis de fenômenos: o individual e o coletivo. Durkheim, por exemplo, adotou em suas proposições teóricas a distinção entre o estudo das representações individuais, que estaria no domínio da psicologia, e o das representações coletivas, no domínio da sociologia. Freud, por sua vez, desenvolveu uma crítica psicanalítica da cultura e da sociedade ao mesmo tempo em que tratava o indivíduo clinicamente (Farr, 2002).

Por trás dessa separação em dois níveis, revelava-se uma crença mantida por esses e outros teóricos de que as leis que explicavam os fenômenos coletivos eram distintas das que podiam ser aplicadas à compreensão dos fenômenos no nível individual. Embora tenha se apoiado nas teorias de Durkheim, Moscovici superou a dicotomia entre os níveis individual e coletivo de representações, integrando-os em sua proposição teórica. A contribuição de Moscovici representou, portanto, uma nova forma de entendimento das relações, em termos de construção de significados, dos indivíduos com a sociedade (Farr, 2002; Gomes, Sá e Oliveira, 2003; Minayo, 1995).

Uma representação pode ser definida como um conjunto de fenômenos perceptivos, imagens, opiniões, crenças e atitudes. O entrelaçamento dos vínculos entre esses elementos possibilita a atribuição de significados aos processos sociais e psicológicos. Assim, as representações sociais são fenômenos complexos que dizem respeito ao processo pelo qual o sentido de um dado objeto é estruturado pelo sujeito no contexto de suas relações, em um processo dinâmico de compreensão e transformação da realidade. As representações sociais não são reflexos da realidade e sim construções mentais dos objetos, inseparáveis das atividades simbólicas dos sujeitos e de sua inserção na totalidade social (Carvalho, 2001; Madeira, 2001; Moscovici, 2004). Funcionam como um sistema de interpretação da realidade que regula as relações dos indivíduos com seu meio ambiente físico e social, orientando seus comportamentos e práticas. Embora não determinem inteiramente as decisões tomadas pelos indivíduos, elas limitam e orientam o universo de possibilidades colocadas à sua disposição (Cramer, Brito e Cappelle, 2001).

Moscovici advogou que uma das características intrínsecas à sociedade moderna é o conflito entre o individual e o coletivo, considerando-o realidade fundamental para a vida social. A origem fundamental estaria na tensão entre individualização e socialização estabelecidas pelas normas sociais. As representações sociais favorecem a regulação dessas tensões, contribuindo para a compreensão que cada indivíduo possui dos fenômenos sociais e auxiliando na construção desses próprios fenômenos (Cramer, Brito e Cappelle, 2001; Farr, 2002).

Outra característica das representações sociais é que elas possuem um caráter prescritivo, impondo-se sobre os indivíduos como uma espécie de “força irresistível”,

incorporando estruturas de pensamento preexistentes ao próprio sujeito. As representações ditam, de certa forma, o que deve ser pensado a respeito de um dado objeto (Cavedon, 1999).

As representações sociais podem, ainda, ser vistas como produção cultural de uma determinada comunidade, tendo como um dos seus objetivos resistir à incorporação de conceitos, conhecimentos e atividades que ameacem destruir sua identidade. Essa função de resistência possibilita a manutenção da heterogeneidade no mundo simbólico de contextos intergrupais, permitindo às diferentes subculturas a manutenção de sua autonomia, resistindo às inovações simbólicas que não tenham sido por elas produzidas. Essa resistência não impede, no entanto, a evolução da representação, com a incorporação de inovações. O que ocorre é que esse processo passa por um controle mais criterioso. As novas idéias podem ser assimiladas às já existentes, neutralizando-se, assim, a ameaça que elas representam. Tanto a nova idéia quanto o sistema que a hospeda sofrem modificações nesse processo de incorporação (Bauer, 2002).

A teoria das representações sociais revela-se útil na busca de uma melhor compreensão das práticas coletivas. Por meio do conhecimento de uma representação social torna-se possível um entendimento mais adequado dos processos de constituição simbólica encontrados na sociedade, onde indivíduos se engajam para dar sentido ao mundo e nele construir sua identidade social (Gomes, Sá e Oliveira, 2003; Jovchelovitch, 1995).

As características aqui destacadas sinalizam que uma representação social não provém de processos racionais de prospecção da realidade. Não se trata de idéias diretamente relacionadas a informações concretas que se tem a respeito de um dado fenômeno. Com isso, são menos suscetíveis a mudanças provocadas por debates de idéias ou mesmo por novas vivências. A percepção da realidade manifesta na representação encontra-se, em geral, solidamente alicerçada no indivíduo que a possui e serve de parâmetro para a forma pela qual ele vai se relacionar com o objeto de sua representação. Essa característica reforça, portanto, a validade do estudo de representações sociais quando se deseja entender a forma pela qual a sociedade tem-se relacionado com determinados fenômenos sociais, como é o caso das ONGs, objeto da pesquisa aqui apresentada.

O núcleo central e o sistema periférico da representação social

As representações sociais não são necessariamente consensuais. O sentido atribuído a um dado objeto e o próprio processo de atribuição são construções psicossociais que integram a história pessoal de cada indivíduo com o resultado de suas interações grupais. Para auxiliar na identificação da parte mais importante de uma representação social, dos valores e percepções que são compartilhados com mais clareza e coesão pelo

grupo investigado, pode-se trabalhar com o chamado núcleo central da representação social.

Jean-Claude Abric propôs, em 1976, a teoria do núcleo central, apresentada como complementar à teoria das representações sociais. Ao propor essa teoria, Abric (segundo Sá, 2002:62) entendeu que

a organização de uma representação apresenta uma característica particular: não apenas os elementos da representação são hierarquizados, mas além disso toda representação é organizada em torno de um núcleo central, constituído de um ou de alguns elementos que dão à representação o seu significado.

O núcleo central é constituído pelas significações fundamentais da representação, aquelas que lhe atribuem identidade. Quando o núcleo central passa por transformações, cria-se uma nova identidade. Considera-se também nessa teoria a existência do chamado “sistema periférico”, que abriga as diferenças de percepção entre os indivíduos envolvidos na pesquisa, suportando a heterogeneidade do grupo e acomodando as contradições trazidas pelo contexto mais imediato (Madeira, 2001; Mazzotti, 2001).

Os valores que constituem o núcleo central de uma representação social são aqueles que, em geral, o sujeito não tem consciência ou não explícita, mas que direcionam a sua ação e definem seu comportamento. Representam o que é “inegociável”, a essência da representação social, constituída pela memória coletiva do grupo e suas normas. Possuindo uma função consensual que visa à homogeneidade do grupo, o núcleo central caracteriza-se por ser estável, coerente, resistente à mudança. Sua principal função é garantir a permanência da representação. Também se caracteriza por ser de certa forma independente do contexto social e material imediato, ou seja, não é significativamente influenciável pelos fatos mais recentes. O núcleo central é, portanto, decisivo na inflexão que o sentido de um dado objeto assume para um grupo em um certo contexto histórico e cultural (Madeira, 2001; Sá, 2002).

Considera-se que a estrutura de uma representação social é alterada quando são adicionados ou suprimidos elementos do seu núcleo central. As mudanças ocorridas no núcleo central implicam, portanto, mudanças na própria representação social. Tais mudanças costumam ser pouco frequentes e geralmente estão restritas à ocorrência de eventos muito significativos, que levem o sujeito a rever seus valores, expectativas e conceitos de forma radical. Um exemplo de evento desse tipo foi o conjunto de atentados terroristas sofridos pelos EUA em 11 de setembro de 2001. A partir desse acontecimento, provavelmente mudou o núcleo central e, portanto, a representação social da sociedade norte-americana a respeito de diversos objetos relacionados à política internacional, alterando, conseqüentemente, as comunicações e condutas daquele povo em relação a tais objetos. Eventos tão significativos e impac-

tantes assim são, todavia, bastante raros, tornando pouco comum esse tipo de mudança.

O sistema periférico representa uma parte distinta da representação social, estando composto dos elementos que se posicionam em volta do núcleo central, não constituindo, assim, valores “inegociáveis”. Ao contrário, nele estão acomodados os conceitos, percepções e valores que o indivíduo até admite rever, negociar. Pode até mesmo ser visto como uma forma de defesa do núcleo central, permitindo o intercâmbio com outros grupos. Propicia, assim, a evolução da representação social, sem chegar a mudá-la (Madeira, 2001; Sá, 2002).

Na pesquisa aqui relatada, o interesse básico repousou no conhecimento do núcleo central da representação estudada e nas conclusões a que se pôde chegar, visando à compreensão das motivações que têm levado a sociedade a respaldar a expansão das ONGs.

3. Seleção de sujeitos

A seleção dos sujeitos que compuseram a amostra utilizada na pesquisa foi efetuada pelo critério de acessibilidade, sendo acionada a rede de relacionamentos dos pesquisadores e solicitando-se aos entrevistados que indicassem outras pessoas de seu relacionamento que se enquadrassem nas categorias incluídas nos chamados formadores de opinião da sociedade: políticos, autoridades dos poderes Executivo e Judiciário, líderes religiosos, jornalistas, professores e sindicalistas. No caso específico dos políticos, foi adotado outro procedimento: os pesquisadores visitaram os diversos gabinetes da Assembléia Legislativa do Rio de Janeiro e da Câmara Municipal carioca, solicitando aos chefes de gabinetes entrevistas com os deputados ou vereadores. A participação dos políticos que atuam no nível federal foi mais restrita, considerando-se a dificuldade para a realização de mais do que uma viagem a Brasília.

Foram consultadas no total 127 pessoas, sendo condições para participação na amostra ocupar uma das funções citadas, não estar diretamente ligada a nenhuma ONG e residir no município do Rio de Janeiro. O primeiro critério de seleção deveu-se ao interesse em conhecer a representação social de ONGs de pessoas que tenham uma visão de fora e não interna a essas instituições. A segunda condição ocorreu em função da delimitação da pesquisa, restrita às ONGs cariocas.

A tabela 1 apresenta a composição da amostra por área de atuação dos participantes.

| Área de atuação | Quantidade |
|--|------------|
| Autoridades dos poderes Executivo e Judiciário | 19 |
| Jornalistas | 20 |
| Líderes religiosos | 15 |
| Políticos | 20 |
| Professores | 41 |
| Sindicalistas | 12 |
| Total | 127 |

4. Levantamento dos dados

Para o levantamento dos possíveis elementos que compõem o núcleo central da representação social estudada foi utilizada a técnica denominada *associação* ou *evocação livre*, privilegiando-se a seguinte composição: palavra indutora; hierarquia das palavras formuladas pelos sujeitos; concordância em relação a assertivas; e justificativas. Os procedimentos estão descritos a seguir.

Cada sujeito foi convidado a manifestar as quatro primeiras palavras que lhe vinham à mente a partir da expressão “organização não-governamental”. Esta foi, portanto, a palavra indutora do método. Os pesquisadores explicaram que a resposta deveria ser a mais espontânea possível, devendo os entrevistados procurar não elaborar racionalmente o que iriam expressar, deixando fluir as idéias mais imediatas que tivessem. Como exemplo, foi citada a técnica conhecida como “tempestade de idéias”, na qual, da mesma forma, os participantes são estimulados a responder de forma livre, sem pensar detidamente sobre o que vão dizer.

Dois diferentes procedimentos foram adotados no momento da coleta de dados: registro das respostas pelos próprios sujeitos, e pelos pesquisadores. Quando ocorreu o segundo caso, foram gravadas as respostas.

Do total de 127 pessoas ouvidas, duas alegaram não conseguir traduzir em palavras ou expressões simples a percepção que tinham sobre as ONGs, preferindo pular a evocação e apenas posicionar-se em relação às assertivas, bem como justificar seu posicionamento. A contribuição dessas pessoas foi computada normalmente nesses procedimentos.

Algumas pessoas lembraram-se de menos do que quatro palavras, sendo aceita essa possibilidade sem restrições por não haver prejuízos aparentes ao tratamento estatístico a que as respostas seriam submetidas.

Em seguida, foi solicitado a cada sujeito que estabelecesse uma hierarquia, uma ordem de importância em relação ao conceito de ONG, classificando como 1 a expressão mais importante entre as que tinha citado, 2 a segunda e assim sucessivamente. Esse procedimento permitiu a adoção do duplo critério de prototipicidade, isto é, de definição de expressões relevantes que podem ser consideradas protótipos do núcleo central: frequência e ordem de evocação, recomendadas para a detecção dos elementos do núcleo central da representação social (Möller, 1996).

Após a evocação de palavras, foram apresentadas quatro afirmações, solicitando-se aos respondentes que manifestassem sua concordância ou discordância em relação a cada uma. As afirmações apresentadas foram as seguintes:

- t as ONGs estão se expandindo no Brasil porque o Estado tem diminuído sua atuação;
- t as ONGs devem ser independentes do governo;
- t deveria haver uma maior fiscalização sobre as ONGs;
- t fundar uma ONG pode ser um meio de obtenção de vantagens pessoais.

As opções de resposta foram “concordo”, “concordo em parte”, “discordo” ou “não sei responder”.

Finalmente, foi solicitada a apresentação de justificativas para os posicionamentos adotados diante das afirmações apresentadas.

5. Tratamento dos dados e resultados obtidos

O tratamento dos dados segundo a técnica de associação ou evocação livre obedeceu aos seguintes passos: categorização das palavras; cálculo de frequência das cate-

gorias; cálculo da ordem média de evocação; e levantamento das justificativas. Os resultados são apresentados a seguir.

A primeira operação referente ao tratamento dos dados levantados foi a categorização das palavras citadas pelos sujeitos. Foram, assim, agrupadas em categorias as expressões similares, de modo a evitar que variantes de uma mesma evocação, com conteúdo semântico equivalente, fossem consideradas distintas, o que prejudicaria a aferição da importância da idéia expressa na constituição da representação.

Foram evocadas 295 diferentes palavras ou expressões. Destas, 29 não foram categorizadas por terem sido citadas apenas uma vez e não serem similares a outras. Essas palavras não foram, portanto, consideradas na tabulação, mesmo porque jamais seriam indicadas para constituir o núcleo central, dada a frequência insignificante com que apareceram. A desconsideração das expressões com frequência unitária respalda-se, também, no argumento de que uma representação só é social quando um conjunto de sujeitos a compartilha (Möller, 1996). As demais 266 foram agrupadas em 45 categorias semânticas. Foram, portanto, submetidas à etapa seguinte do tratamento dos dados, 90% das palavras evocadas.

O trabalho de categorização contou com a participação de três “juízes”, que discutiram com os pesquisadores o agrupamento efetuado. Foram convidadas para desempenhar esse papel pessoas com bom conhecimento de métodos de pesquisa, uma delas com larga experiência em trabalhos envolvendo o levantamento do núcleo central.

A tabela 2 apresenta um resumo dos números envolvidos na pesquisa, nessa etapa.

| Evento | Quantidade |
|---|------------|
| Entrevistas realizadas | 127 |
| Pessoas que responderam à evocação de palavras | 125 |
| Número total de evocações | 295 |
| Palavras e expressões não categorizadas | 29 |
| Palavras e expressões agrupadas em categorias | 266 |
| Percentual de palavras e expressões categorizadas | 90 |
| Categorias semânticas submetidas à análise | 45 |

Procedeu-se, a seguir, ao cálculo da frequência de ocorrência das categorias, representada pelo número de vezes em que ela foi citada pelos sujeitos e o cálculo da ordem média de evocação (OME), que considera a posição em que a expressão evocada foi hierarquizada pelo entrevistado. O número de vezes em que cada termo foi evocado e citado como o mais importante foi multiplicado por 1. A frequência das citações em segundo lugar na hierarquização foi multiplicada por 2, a de terceiro lugar por 3 e a de quarto lugar por 4. A OME corresponde à média aritmética desses produtos. O que a OME indica, portanto, é o grau de importância atribuído a cada expressão, que pode variar, no caso de serem pedidas quatro palavras, de 1,0 a 4,0. Se algum termo aparecesse em 100% das evocações como o mais importante, a sua OME seria igual a 1,0. Caso, ao contrário, aparecesse sempre como a menos relevante, sua OME seria 4,0.

O exemplo a seguir demonstra como se deu o cálculo da frequência e da OME (categoria: ação prática):

- t número de vezes em que foi evocada e hierarquizada em 1º lugar — 9;
- t número de vezes em que foi evocada e hierarquizada em 2º lugar — 2;
- t número de vezes em que foi evocada e hierarquizada em 3º lugar — 5;
- t número de vezes em que foi evocada e hierarquizada em 4º lugar — 3;
- t frequência total — $9 + 2 + 5 + 3 = 19$;
- t OME — $[(9 \times 1) + (2 \times 2) + (5 \times 3) + (3 \times 4)] / 19 = 2,11$.

Nos casos em que um mesmo sujeito citou duas ou mais palavras agrupadas na mesma categoria, foram desconsideradas as que receberam menor importância na ordem hierárquica por ele estabelecida. Em consequência, foi revista a ordem atribuída às demais expressões, conforme demonstrado no exemplo apresentado na tabela 3.

| Expressão evocada | Ordem atribuída | Categoria em que foi incluída | Ordem revista |
|-------------------|-----------------|-------------------------------|----------------|
| Dinheiro fácil | 2 | Picaretagem | Desconsiderada |
| Enganação | 1 | Picaretagem | 1 |

| | | | |
|----------------------|---|-------------|----------------|
| Abuso de mão-de-obra | 3 | Picaretagem | Desconsiderada |
| Trabalho | 4 | Trabalho | 2 |

Feitos esses ajustes, foram efetuados os cálculos da frequência e da OME de cada categoria, obtendo-se os resultados expostos na tabela 4.

| Categoria | Frequência | OME |
|--------------------|------------|------|
| Ação prática | 19 | 2,11 |
| Ação social | 27 | 1,89 |
| Ajuda | 32 | 2,47 |
| Alternativa | 9 | 2,11 |
| Amizade | 6 | 3,33 |
| Ausência do Estado | 5 | 2,20 |
| Bem comum | 3 | 3,00 |
| Carência | 5 | 2,20 |

continua

| Categoria | Frequência | OME |
|------------------------------|------------|------|
| Cidadania | 13 | 2,69 |
| Clientelismo | 4 | 2,00 |
| Competência | 4 | 3,50 |
| Compromisso | 2 | 3,00 |
| Decisão | 2 | 2,00 |
| Defesa de interesses | 17 | 2,24 |
| Desenvolvimento | 5 | 3,60 |
| Desorganização | 2 | 2,00 |
| Educação | 4 | 3,50 |
| Empresa privada | 5 | 2,80 |
| Entidade sem fins lucrativos | 5 | 2,20 |
| Esperança | 2 | 3,00 |
| Estrangeiro | 6 | 2,50 |
| Fiscalização | 3 | 3,00 |
| Grupo | 11 | 2,55 |
| Idealismo | 8 | 2,38 |
| Independência | 8 | 2,00 |

| | | |
|-------------------------|------|------|
| Interesses particulares | 2 | 1,50 |
| Meio ambiente | 10 | 2,80 |
| Neoliberalismo | 2 | 2,00 |
| Novidade | 3 | 2,67 |
| Objetivo | 6 | 2,33 |
| Oportunidade | 2 | 4,00 |
| Organização | 21 | 2,10 |
| Participação | 17 | 2,12 |
| Pessoas | 2 | 1,50 |
| Picaretagem | 15 | 2,07 |
| Política | 9 | 2,89 |
| Público não-estatal | 2 | 2,50 |
| Recursos | 12 | 2,50 |
| Responsabilidade | 5 | 1,80 |
| Sociedade | 29 | 2,10 |
| Solidariedade | 23 | 2,13 |
| Trabalho | 15 | 2,53 |
| União | 5 | 2,20 |
| Vida | 2 | 3,00 |
| Voluntariado | 11 | 3,00 |
| Média | 8,89 | 2,49 |

A partir do exame conjugado da frequência e da ordem média de evocação de cada categoria, foram levantados os elementos supostamente pertencentes ao núcleo central da representação social, como foi a proposta de Pierre Vergès, lembrada por Sá (2002). As categorias foram agrupadas nos seguintes quadrantes:

- † superior esquerdo — as que tiveram frequência maior e OME menor do que a média;
- † superior direito — as que tiveram frequência maior e OME maior do que a média;
- † inferior direito — as que tiveram frequência menor e OME maior do que a média;
- † inferior esquerdo — as que tiveram frequência menor e OME menor do que a média.

O resultado desse agrupamento está na tabela 5.

São consideradas componentes do núcleo central da representação as categorias localizadas no quadrante superior esquerdo. A importância dessas expressões para os sujeitos entrevistados reflete-se no elevado número de vezes em que foram evocadas, resultando em uma frequência maior do que a média, e no alto grau de importância atribuído na hierarquização, o que fez com que a OME ficasse menor do que a média (Sá, 2002).

As categorias situadas no quadrante inferior direito são consideradas componentes do chamado sistema periférico, no qual estão os aspectos menos rígidos da representação social estudada. São idéias que, embora sejam associadas pelos sujeitos ao conceito de ONG, não são consideradas essenciais para o entendimento desse conceito, sendo mais facilmente modificáveis (Madeira, 2001; Sá, 2002).

Os elementos dos quadrantes restantes, superior direito e inferior esquerdo, possibilitam uma interpretação menos direta, uma vez que tratam de cognições que, apesar de não estarem compondo o núcleo central, mantêm com ele uma relação de proximidade (Tura, 1997).

As respostas obtidas receberam tratamento estatístico simples, calculando-se o percentual de incidência de cada resposta e obtendo-se os resultados da tabela 6.

| Frequência | Ordem média de evocação | |
|--------------------------|---------------------------|--------------------------|
| | Inferior a 2,49 | Superior ou igual a 2,49 |
| Superior ou igual a 8,89 | Ajuda (32) | Trabalho (15) |
| | Sociedade (29) | Cidadania (13) |
| | Ação social (27) | Recursos (12) |
| | Solidariedade (23) | Voluntariado (11) |
| | Organização (21) | Grupo (11) |
| | Ação prática (19) | Meio ambiente (10) |
| | Defesa de interesses (17) | Política (9) |
| | Participação (17) | |
| | Picaretagem (15) | |
| | Alternativa (9) | |

| | | |
|-----------------|----------------------------------|-------------------------|
| Inferior a 8,89 | Idealismo (8) | Amizade (6) |
| | Independência (8) | Estrangeiro (6) |
| | Objetivo (6) | Desenvolvimento (5) |
| | Ausência do Estado (5) | Empresa privada (5) |
| | Responsabilidade (5) | Competência (4) |
| | União (5) | Educação (4) |
| | Carência (5) | Bem comum (3) |
| | Entidade sem fins lucrativos (5) | Fiscalização (3) |
| | Clientelismo (4) | Novidade (3) |
| | Pessoas (2) | Compromisso (2) |
| | Interesses particulares (2) | Esperança (2) |
| | Neoliberalismo (2) | Oportunidade (2) |
| | Decisão (2) | Público não-estatal (2) |
| | Desorganização (2) | Vida (2) |

Obs.: O número entre parênteses indica a frequência com que o termo foi evocado pelo conjunto dos sujeitos.

| Afirmação | Concordaram | Concordaram em parte | Discordaram | Não souberam responder |
|--|-------------|----------------------|-------------|------------------------|
| 1. As ONGs estão se expandindo no Brasil porque o Estado tem diminuído sua atuação | 52 | 36 | 12 | 0 |
| 2. As ONGs devem ser independentes do governo | 72 | 21 | 6 | 1 |
| 3. Deveria haver uma maior fiscalização sobre as ONGs | 65 | 22 | 10 | 3 |
| 4. Fundar uma ONG pode ser um meio de obtenção de vantagens pessoais | 46 | 36 | 12 | 6 |

Foi depois solicitado aos sujeitos pesquisados que justificassem as respostas dadas. As justificativas apresentadas auxiliaram não somente no entendimento das respostas às perguntas como também na compreensão das expressões citadas na evocação de palavras.

Diversas das justificativas apresentadas revelaram aspectos muito interessantes da opinião dos sujeitos participantes. Eles estão destacados a seguir.

A respeito da primeira questão, houve uma significativa concordância da existência de correlação entre a redução da atuação do Estado e o crescimento das ONGs. Os que concordaram em parte com a afirmação apresentada ressaltaram apenas que existem outros fatores, além desse, que justificam o crescimento das ONGs. Também merece ser destacado que enquanto alguns percebiam nesse processo uma usurpação indevida das atribuições estatais, outros o defendiam como positivo, entendendo que a sociedade precisa depender menos do Estado e prover soluções alternativas para seus problemas. Os que discordaram da afirmação tiveram como principal justificativa para o seu posicionamento o entendimento de que o fortalecimento da sociedade civil organizada estaria ocorrendo independente da situação do Estado. Alguns citaram o fato de que se trata de um fenômeno mundial, não estando restrito aos países que recentemente passaram por reformas de tendência neoliberal no aparato estatal.

Na segunda afirmação também ocorreu, como demonstra a tabela 6, uma expressiva concordância com a sentença explicitada. A justificativa apresentada pelos que concordaram em parte foi que, embora independentes, as ONGs devem ter liberdade para celebrar acordos e parcerias com o governo e receber recursos estatais. Mesmo entre os que responderam que concordam com a afirmação, muitos fizeram essa mesma ressalva. Nesses casos, os pesquisadores indagaram se o repasse de verbas não caracterizaria uma forma de dependência. As respostas dadas a esse questionamento foram em torno de um mesmo posicionamento: é possível o recebimento de recursos estatais por meio do estabelecimento de relações de parcerias e não de dependência. Houve, ainda, quem discordasse da afirmação, justificando que deve haver um forte relacionamento entre as ONGs e o Estado, uma vez que elas têm como missão a prestação de serviços de interesse público.

Os que concordaram com a terceira afirmativa justificaram sua posição com a possibilidade de ocorrência de fraudes e mau emprego dos recursos administrados pelas ONGs. Entre os que concordaram em parte, as principais restrições apresentadas à fiscalização que deve ser exercida foram que essa competência não deveria ficar a cargo do governo e sim dos financiadores das organizações e que se deve tomar cuidado para que não sejam criadas dificuldades operacionais e barreiras burocráticas que prejudiquem o trabalho das ONGs. Já aqueles que discordaram, justificaram sua posição afirmando que já existem mecanismos de controle suficientes e que a criação de novos seria desnecessária, podendo prejudicar o desempenho das organizações.

A quarta afirmativa foi a que apresentou uma distribuição mais harmônica entre as alternativas de resposta. Até mesmo a opção “não sei responder” recebeu um percentual de escolha que pode ser considerado elevado, tendo em vista que os respondentes eram formadores de opinião, um público que costuma ter condições diferenciadas para se posicionar sobre temas de relevância social. Entre os que marcaram a alternativa “concordo”, uma parte, não majoritária, afirmou que muitas ONGs estão servindo de fachada para operações irregulares e para o enriquecimento de seus fundadores. A maior parte dos que concordaram, como também a quase totalidade dos que concordaram em parte ressaltaram que embora possam acontecer desvios essa não é a regra geral, sendo a grande maioria das organizações, idôneas. Os que discordaram justificaram sua posição afirmando que o tipo de trabalho desenvolvido é eminentemente de interesse público e não particular e que dificilmente alguém conseguiria se locupletar à custa dos recursos carreados para as ONGs, tendo em vista a dinâmica de transparência e prestação de contas que caracteriza normalmente o relacionamento entre elas e seus patrocinadores.

6. Conclusão

A pesquisa objetivou identificar a representação social de ONGs segundo formadores de opinião no município do Rio de Janeiro. Revelou que o núcleo central da representação social de ONGs dos sujeitos pesquisados está constituído por um conjunto de diversas idéias de conotação positiva: ajuda, sociedade, ação social, solidariedade, organização, ação prática, defesa de interesses, participação e alternativa, e uma única de conotação negativa: picaretagem. Essa constatação revela que a sociedade tem legitimado o crescimento das ONGs, percebendo no trabalho por elas desenvolvido colaboração com a resolução de problemas sociais, o que, portanto, orienta a formulação de um futuro conceito.

O núcleo central da representação social de ONGs feita pelos formadores de opinião consultados contempla termos como “ajuda” e “ação social”, que podem ser relacionados a iniciativas de caráter filantrópico, o primeiro com maior probabilidade, mas também o segundo. A ação filantrópica é rejeitada pela maioria dos dirigentes de ONGs e dos defensores da expansão desse tipo de instituição, sob a alegação de que as verdadeiras ONGs são aquelas que auxiliam a sociedade a buscar alternativas de desenvolvimento e de superação de suas mazelas sociais. A Associação Brasileira de Organizações Não-Governamentais (Abong), por exemplo, não aceita a filiação de entidades que desenvolvam trabalhos de natureza filantrópica e tem lutado pela definição de um marco legal que estabeleça claramente a separação entre as ONGs e as entidades filantrópicas. A despeito dessa resistência por parte de dirigentes e estudiosos, a percepção de caráter filantrópico é bastante significativa, sendo o termo “ajuda” o que foi citado com maior frequência entre todos os apresentados, sendo lembrado

por mais de um quarto dos sujeitos. O termo “ação social” também ficou entre os primeiros em número de citações.

Os termos “sociedade” e “organização” são de interpretação menos clara, podendo representar apenas a reafirmação de características (serem organizadas e pertencerem à sociedade) intrínsecas às ONGs. Sendo essas características fundamentais de uma ONG, é natural que componham o núcleo central da representação, mas pouco acrescentam à busca de um melhor entendimento do fenômeno investigado.

Solidariedade, termo com elevada frequência de citação, possui uma conotação bastante positiva, sendo considerado geralmente um sentimento nobre e não sofrendo as críticas que costumam ser dirigidas a outros termos como “filantropia”, que lembram medidas assistencialistas. Sua presença no núcleo central representa mais um sinal da visão positiva que os formadores de opinião consultados mantêm sobre o papel desempenhado pelas ONGs.

A expressão “ação prática” pode ser interpretada como consequência da percepção de que as ONGs são ágeis, como muitos respondentes manifestaram no momento em que foram convidados a posicionar-se sobre as quatro alternativas citadas e justificar seu posicionamento. Várias pessoas afirmaram perceber nas ONGs um potencial muito grande para o oferecimento de soluções para os problemas sociais, uma vez que essas entidades possuem maior flexibilidade gerencial e agilidade do que o governo.

As expressões “defesa de interesses” e “participação” podem ser interpretadas a partir de uma mesma percepção das ONGs como promotoras da democratização das relações sociais, sendo essa uma qualidade reivindicada por muitos dos dirigentes e dos defensores da expansão dessas organizações. Diversas citações foram feitas na justificativa dos posicionamentos a respeito do papel das ONGs, tal como a de serem promotoras de *lobbies* democráticos, ou seja, de articulação e busca de defesa dos direitos de setores da sociedade que não possuem muito acesso às formas tradicionais de representação política.

“Alternativa” é uma das expressões do núcleo central com significado mais amplo. Levando-se em consideração, porém, as justificativas dos respondentes, pode-se deduzir que a percepção que levou ao seu aparecimento na evocação de palavras é a de que a sociedade tem nas ONGs uma alternativa de solução de seus problemas fora do aparato estatal. Algumas pessoas manifestaram que consideram esse processo uma usurpação, por entidades privadas, de atribuições que deveriam caber ao Estado, e uma privatização de recursos públicos. A maioria dos participantes, no entanto, julgou essa substituição saudável, entendendo que o Estado não tem condições, sozinho, de dar resposta às necessidades sociais e que as ONGs podem executar vários trabalhos com maior eficiência e eficácia.

A expressão “picaretagem” contemplou, no processo de categorização, uma série de palavras de conotação similar como “corrupção” e “enganação”. Embora minoritário, o número de pessoas que revelou desconfiança a respeito da seriedade dos trabalhos das ONGs é significativo, alcançando quase 10% da amostra. Na quase totalidade dos casos, as quatro palavras evocadas foram na mesma direção como, por exemplo, o depoimento do sujeito 23, uma autoridade do Poder Executivo, que expressou: “máquina teresa de calcular”; “arapucas”, “má gestão” e “bombas de sucção de recursos públicos”. A maioria dessas pessoas manifestou, nas justificativas, críticas contundentes à expansão das ONGs.

Em resumo, a representação social de ONGs segundo formadores de opinião do município do Rio de Janeiro apresenta uma visão muito favorável do objeto enfocado, sendo esse, possivelmente, um dos motivos do notável crescimento no número de instituições desse tipo que se verificou não apenas na cidade estudada, como em todo o país nas últimas décadas. Embora existam pessoas que mantêm uma posição de forte crítica a esse fenômeno, a grande maioria é favorável à continuidade dos arranjos sociais que têm possibilitado a expansão das ONGs. A despeito das denúncias de desvios de recursos e desvirtuamento da ação do Estado por entidades desse tipo que, periodicamente, são publicadas na imprensa e que já levaram à constituição de comissões parlamentares de inquérito, a sociedade, ou ao menos seus formadores de opinião, parece estar apostando na legitimidade das ONGs como promotoras do desenvolvimento social.

Referências bibliográficas

BAUER, Martin. A popularização da ciência como “imunização cultural”: a função de resistência das representações sociais. In: GUARESCHI, Pedrinho; JOVCHELOVITCH, Sandra (Orgs.). *Textos em representações sociais*. 7. ed. Petrópolis: Vozes, 2002.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. *Administração pública gerencial: estratégia e estrutura para um novo Estado*. Brasília: Fundação Escola Nacional de Administração Pública, 1996. (Texto para Discussão).

BRODHEAD, Tim. Cooperação e divergência sobre a colaboração entre ONGs, doadores de ajuda e governos do Terceiro Mundo. In: IBASE-PNUD. *Desenvolvimento, cooperação internacional e as ONGs*. Rio de Janeiro: Ibase, 1992.

CARDOSO, Ruth. Fortalecimento da sociedade civil. In: IOSCHPE, Evelyn Berg et al. *3º setor: desenvolvimento social sustentado*. São Paulo: Paz e Terra, 1997.

CARVALHO, Maria do Rosário. O constructo das representações sociais: implicações metodológicas. In: MOREIRA, A. P. (Org.). *Representações sociais: teoria e prática*. João Pessoa: UFPB, 2001.

CAVEDON, Neusa Rolita. As representações sociais dos universitários sobre o trabalho. In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO, 23., 1999, Foz do Iguaçu. *Anais...* Foz do Iguaçu: Anpad, 1999.

COELHO, Simone de Castro Tavares. *Terceiro setor: estudo comparado entre Brasil e Estados Unidos*. 2. ed. São Paulo: Senac, 2002.

CRAMER, Luciana; BRITO, Mozar José de; CAPPELLE, Mônica Carvalho Alves. As representações sociais das relações de gênero na educação superior: a inserção do feminino no universo masculino. In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO, 25., 2001, Campinas. *Anais...* Campinas: Anpad, 2001.

FARR, Robert M. Representações sociais: a teoria e sua história. In: GUARESCHI, Pedrinho; JOVCHELOVITCH, Sandra (Orgs.). *Textos em representações sociais*. 7. ed. Petrópolis: Vozes, 2002.

FERNANDES, Rubem César. *Privado porém público: o terceiro setor na América Latina*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

FERNANDEZ, Simone Peleteiro. *O significado de projetos de capacitação profissional desenvolvidos por ONGs em parceria com o Estado: entre a afirmação e a negação da cidadania*. 2000. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) — PUC, Rio de Janeiro.

FISHER, Julie. *Non governments. NGO and the political development of the Third World*. West Hartford: Kumarian Press, 1998.

GARRISON, John W. *Do confronto à colaboração: relações entre a sociedade civil, o governo e o Banco Mundial no Brasil*. Brasília: Banco Mundial, 2000.

GOMES, Maria Núbia da L. M.; SÁ, Celso Pereira de; OLIVEIRA, Denize Cristina de. Representações sociais do ato infracional por adolescentes em conflito com a lei: uma comparação estrutural. In: JORNADA INTERNACIONAL, 3., e CONFERÊNCIA BRASILEIRA SOBRE REPRESENTAÇÕES SOCIAIS, 1., 2003. Rio de Janeiro. *Anais...* Rio de Janeiro: Uerj, Observatório de Pesquisas e Estudos em Memória e Representações Sociais, 2003.

GONÇALVES, Hebe Signorini. O Estado diante das ONGs. In: GONÇALVES, Hebe Signorini (Org.). *ONGs: solução ou problema?* São Paulo: Estação Liberdade, 1996.

GRZYBOWSKI, Cândido. ONGs-Itamaraty: um novo padrão de relacionamento político. *Perspectivas Globais*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, jan. 1995.

IOSCHPE, Evelyn Berg et al. *3º setor: desenvolvimento social sustentado*. São Paulo: Paz e Terra, 1997.

JOVCHELOVITCH, S. Vivendo a vida com os outros: intersubjetividade, espaço público e representações sociais. In: GUARESCHI, P. A.; JOVCHELOVITCH, S. *Textos em representações sociais*. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1995.

LANDIM, Leilah. *Ação da cidadania contra a miséria e pela vida: ONGs, filantropia e o enfrentamento da crise brasileira*. Rio de Janeiro: Iser, 1994.

MADEIRA, Margot. Representações sociais e educação: importância teórico-metodológica de uma relação. In: MOREIRA, A. P. (Org.). *Representações sociais: teoria e prática*. João Pessoa: UFPB, 2001.

MAZZOTTI, Tarso Bonilha. Representações sociais de problemas ambientais: uma contribuição à educação brasileira. In: MOREIRA, A. P. (Org.). *Representações sociais: teoria e prática*. João Pessoa: UFPB, 2001.

MENDES, Luiz Carlos Abreu. *Visitando o "terceiro setor" (ou parte dele)*. Brasília: Ipea, 1999.

MENESCAL, Andréa Koury. História e gênese das ONGs. In: GONÇALVES, Hebe Signorini (Org.). *ONGs: solução ou problema?* São Paulo: Estação Liberdade, 1996.

MEREGE, Luiz Carlos. Empresa social. *RAP*, v. 31, n. 5, set./out. 1997.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. O conceito de representações sociais dentro da sociologia clássica. In: GUARESCHI, P. A.; JOVCHELOVITCH, S. *Textos em representações sociais*. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1995.

MÖLLER, Renato César. A representação social do fenômeno participativo em organizações públicas do Rio de Janeiro. *Política e Administração*, Rio de Janeiro, v. 3, n. 1, p. 43-51, dez. 1996.

MONTAÑO, Carlos. *Terceiro setor e questão social: crítica ao padrão emergente de intervenção social*. São Paulo: Cortez, 2002.

MOSCOVICI, Serge. *La psychanalyse: son image et son public — etude sur la representation sociale de la psychanalyse*. Paris: Presses Universitaires de France, 1961.

———. *Representações sociais: investigações em psicologia social*. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2004.

NERFIN, Marc. O estado das relações ONGs/governos/Nações Unidas. In: IBASE-PNUD. *Desenvolvimento, cooperação internacional e as ONGs*. Rio de Janeiro: Ibase, 1992.

ONORATI, Antônio. ONGs e a cooperação internacional: o mar de histórias ou o império do blá-blá-blá. In: IBASE-PNUD. *Desenvolvimento, cooperação internacional e as ONGs*. Rio de Janeiro: Ibase, 1992.

PEREIRA, Tatiana Dahmer. *O não-governamental em questão: um estudo sobre o universo Abong*. Rio de Janeiro: Fase, 2003.

ROSEMBERG, Fúlvia. Sociedade civil como parceira do Estado na prestação de serviços. In: GONÇALVES, Hebe Signorini (Org.). *ONGs: solução ou problema?* São Paulo: Estação Liberdade, 1996.

SÁ, Celso Pereira. *Núcleo central das representações sociais*. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2002.

SOUZA, Herbert de. As ONGs na década de 90. In: IBASE-PNUD. *Desenvolvimento, cooperação internacional e as ONGs*. Rio de Janeiro: Ibase, 1992.

TURA, Luiz Fernando. *Os jovens e a prevenção da AIDS no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, 1997, 152p. Tese (Doutorado) — Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1997.

VILLALOBOS, Jorge Guerra; ZALDIVAR, Victor Bretón. *ONGs: um passo à frente e dois para trás*. Maringá: Universidade Estadual de Maringá, 2001.

WOLFE, Alan. Três caminhos para o desenvolvimento: mercado, estado e sociedade civil. In: IBASE-PNUD. *Desenvolvimento, cooperação internacional e as ONGs*. Rio de Janeiro: Ibase, 1992.